



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO -
UEMASUL

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E LETRAS - CCHSL

CURSO DE HISTÓRIA

GRAZIELA FEITOSA CONCEIÇÃO

**ECOLOGIA INTEGRAL: a conversão ecológica da Igreja Católica (da "*Laudato Si*" à
"Querida Amazônia")**

Imperatriz

2022

GRAZIELA FEITOSA CONCEIÇÃO

ECOLOGIA INTEGRAL: a conversão ecológica da Igreja Católica (da "*Laudato Si*" à "*Querida Amazônia*")

Monografia apresentada ao Centro de Ciências Humanas Sociais e Letras - CCHSL, Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, como pré-requisito para obtenção de título de licenciado em História.

Orientador: Prof^o, Dr. Moab César Carvalho Costa.

Imperatriz
2022

C744e

Conceição, Graziela Feitosa

Ecologia integral: a conversão ecológica da Igreja Católica (da “*Laudato Si*”; à “*Querida Amazônia*”) / Graziela Feitosa Conceição. – Imperatriz, MA, 2022.

49 f.

Monografia (Curso de Licenciatura em História) – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Imperatriz, MA, 2022.

1. Ecologia católica. 2. Igreja católica. 3. Discurso católico. I. Título.

CDU 930.252:

Ficha elaborada pelo Bibliotecário: **Raniere Nunes da Silva CRB13/729**

GRAZIELA FEITOSA CONCEIÇÃO

ECOLOGIA INTEGRAL: a conversão ecológica da Igreja Católica (da "*Laudato Si*" à "*Querida Amazônia*")

Monografia apresentada ao Centro de Ciências Humanas Sociais e Letras - CCHSL, Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, como pré-requisito para obtenção de título de licenciado em História.

Aprovada em: 05 / 09 / 2022

BANCA EXAMINADORA



Prof. (Orientador) Moab César Carvalho Costa



Prof. (a) Regina Célia Costa Lima



Prof. (a) Margarida Chaves dos Santos

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha família por todo apoio durante minha trajetória acadêmica. Minha mãe, Jucilene, meu pai, Márcio, e meus irmãos, Maykon, Jhonata e Gabriela, muito obrigada por estarem ao meu lado e por formarem um grupo familiar que é a minha base. A educação também é dever da família e me sinto abençoada por fazer parte desta.

Agradeço a todos os professores que fizeram parte dessa caminhada de aprendizado, obrigada pelas oportunidades e ensinamentos passados em sala de aula. Em especial aos professores Moab e Santos, por me orientarem no processo de iniciação científica que incentivou em mim o gosto pela pesquisa, resultando na construção da presente dissertação.

As amizades construídas dentro e fora de sala de aula, das quais sou grata pelos debates enriquecedores, pelas conversas diárias, pelo acolhimento e por todas as risadas. Espero levar vocês por toda a vida.

Dedico esta monografia aos meus pais, meus pilares como ser humano e melhores orientadores na vida.

RESUMO

O seguinte trabalho acadêmico buscou explorar como se deu a apropriação do tema meio ambiente pela Igreja Católica através do processo de conversão ecológica. O foco deste estudo é historicizar a construção do discurso católico sobre meio ambiente, ao analisar os documentos pontifícios que tratam sobre as questões ecológicas produzidas pela Instituição desde a década de 1970, ponto de partida dessa pesquisa. A partir de discussões sobre a proposta de ecologia integral, as participações nas conferências internacionais e as mudanças de pontificado, busca evidenciar as características presentes na narrativa católica ao refletir sobre os motivos que levaram a Instituição a se envolver com as questões que impactam o meio ambiente. O estudo foi realizado a partir da pesquisa exploratória e documental, nas quais os instrumentos utilizados para a coleta de dados se deram por meio dos documentos pontifícios oficiais, como cartas, encíclicas e constituições apostólicas. Identificou-se que a aproximação da Igreja com o tema ecologia possui objetivos políticos e sociais diretamente relacionados à relevância da Instituição.

Palavras-Chave: Ecologia. Igreja Católica. Documentos pontifícios.

ABSTRACT

The following academic work sought to explore how the appropriation of the environment theme by the Catholic Church took place through the process of ecological conversion. The focus of this study is to historicize the construction of the Catholic discourse on the environment, by analyzing the pontifical documents that deal with ecological issues produced by the Institution since the 1970s, the starting point of this research. Based on discussions on the proposal for integral ecology, participation in international conferences and changes in the pontificate, it seeks to highlight the characteristics present in the Catholic narrative by reflecting on the reasons that led the Institution to get involved with issues that impact the environment. . The study was carried out from exploratory and documentary research, in which the instruments used for data collection took place through official pontifical documents, such as letters, encyclicals and apostolic constitutions. It was identified that the approach of the Church with the ecology theme has political and social objectives directly related to the relevance of the Institution.

Keywords: Ecology. Catholic church. Pontifical documents.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. POR UMA ECOLOGIA SANTA: construção e características do discurso oficial católico sobre meio ambiente.....	13
2.1 O princípio de dominação no cuidado à Criação.....	15
2.2 A ambivalência do desenvolvimento tecnocientífico.....	20
3. ESTOCOLMO, RIO E JOANESBURGO: A participação católica nas conferências internacionais.....	23
3.1 A Conferência de Estocolmo: O Homem e o Meio Ambiente – 1972	23
3.2 A Conferência do Rio: O Meio Ambiente e o Desenvolvimento – 1992	25
3.3 A Conferência de Johannesburgo: Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentado (CMDS) – 2002.....	29
4. A ECOLOGIA CATÓLICA NO NOVO SÉCULO: Papa Francisco, Laudato si’ e Querida Amazonía	33
4.1 A Carta Encíclica Laudato si’	35
4.2 A Exortação Apostólica Pós-Sinodal Querida Amazonía	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
6. REFERÊNCIAS.....	48

1. INTRODUÇÃO

A monografia aqui apresentada disserta sobre o processo de conversão ecológica da Igreja Católica, responsável por aproximar a Instituição das questões relacionadas ao meio ambiente. São históricas as interpretações promovidas pela Igreja a respeito da relação entre homem e meio ambiente, que durante séculos foram interpretadas pela maioria dos teólogos como uma permissão divina, dada por Deus ao homem, para a exploração em larga escala da natureza.

Keith Thomas já discutia este tema na sua obra “O homem e o mundo natural” (2010), que analisa as características da relação entre homem e natureza na Inglaterra dos sécs. XVI e XVII. Nela, a autora confirma existir naquela realidade uma concepção generalizada, de tradição judaico-cristã, que dizia aos homens que todas as formas de vida são inferiores à humanidade, e por isso, ele poderia e deveria usufruir delas à vontade. Tais interpretações se baseiam principalmente na mensagem presente no livro de Gênesis, que apresenta a seguinte ordem divina: “Deus os abençoou e lhes disse: Sejam férteis e multipliquem-se! Encham e subjuguem a terra! Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem pela terra” (GÊNESIS, 1. 28).

Nesta perspectiva, o historiador americano Lynn Townsend White Jr, elabora na década de 1960 um estudo afirmando que por sua influência como religião dominante no mundo ocidental, o cristianismo é responsável por propagar a ideia de que Deus criou o mundo para o benefício da humanidade. Como consequência, houve o desenvolvimento de um antropocentrismo desenfreado que ao desencantar o mundo, possibilitou “a exploração da natureza com total indiferença para com os sentimentos dos objetos naturais” (SANTOS, 2017 p. 78).

As afirmações defendidas por White Jr possuem mérito, já que a religião desempenha importante papel social. Segundo Costa (2020, p. 98), por seu exercício ao longo da história, é possível dizer que a religião sempre interferiu nas relações sociais, ora buscando controlar a ordem social vigente, ora readaptando seus valores e doutrina para assegurar a permanência do seu poder e influência.

O estudo do historiador ganha relevância por ser publicado num momento oportuno. Foi na década de 1960 que os debates relacionados às questões que envolvem o meio ambiente ganharam força, provocando mudanças significativas nos diversos meios sociais. Não só a tese de White Jr, mas também a circulação de outras teses semelhantes provocaram debates em círculos variados, tanto nos ocupados por ativistas e intelectuais ambientais, como nos ocupados por religiosos. O resultado deste processo é o desenvolvimento de um descontentamento às religiões monoteístas nos sujeitos engajados pela luta ambiental, nos quais grupos religiosos acusaram o ambientalismo de poluir a alma dos homens com o paganismo (SANTOS, 2017 p. 81-82).

Do ponto de vista institucional, o então contexto oferecia a Igreja Católica a oportunidade de adquirir relevância social ao associar os temas religião e meio ambiente. A importância dessa aquisição se dá pelo declínio da harmonia entre o campo político e religioso no Ocidente após a laicização do Estado, que resultou na sua separação oficial com a Igreja. A consolidação destas medidas significou um período de tensão para a Instituição, que desde então, busca objetivar medidas que mantenham sua posição de prestígio em constante declínio (COSTA, 2020, p. 99).

Entre as estratégias para a reversão deste quadro está sua aproximação com as questões ecológicas. Para historicizar tal processo de conversão, foram realizadas análises dos documentos produzidos pela Igreja Católica desde a década de 1970 que tratam das questões que impactam o meio ambiente. A metodologia utilizada para o alcance desse objetivo se deu por meio da pesquisa exploratória e documental.

A pesquisa exploratória surge com a finalidade de esclarecer/desenvolver conceitos e ideias, que posteriormente podem servir como referência para a formulação de problemas e hipóteses mais precisas. São desenvolvidas com o objetivo de produzir uma visão geral sobre determinado fato, provocando assim certo tipo de aproximação ao envolver o levantamento de fontes bibliográficas e documentais. Segundo Antonio Carlos Gil (2008, p. 27):

Este tipo de pesquisa é realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos.

As fontes aqui utilizadas são os documentos pontifícios, a exemplo de encíclicas, cartas, exortações e constituições apostólicas, analisados como instrumento para a coleta de dados. Deste modo, se tratando do percurso metodológico, a adoção da pesquisa documental se torna indispensável pela sua característica mais marcante: o uso de fontes diversificadas. Enquanto os estudos puramente bibliográficos utilizam fontes constituídas de materiais já finalizados, como livros e artigos científicos, as pesquisas documentais vão além ao fazer uso de jornais, relatórios, documentos oficiais, e outros, que se enquadram nas fontes presentes neste estudo (GERHARDT, SILVEIRA, 2009, p. 37).

A exploração do conteúdo específico desenvolvido no trabalho se divide em três partes principais: num primeiro momento, apresenta as fases iniciais de produção do discurso católico, indicando suas características marcantes; a partir disso, discute o processo de expansão da narrativa ecológica católica ao apresentar as participações da Santa Sé nas grandes conferências e eventos internacionais; e por último, desenvolve a perspectiva ambiental proposta pela Instituição na contemporaneidade, através dos documentos de Papa Francisco. Para tanto, utilizou-se como suporte os documentos produzidos por três papas em épocas distintas: Paulo VI, João Paulo II, e o já mencionado Papa Francisco.

Para finalizar, o desenvolvimento deste tema surge da necessidade de compreender quais motivações levaram a Igreja Católica a militar nas questões ambientais. Daí a relevância da temática trabalhada, que desenvolve a análise do discurso oficial católico sobre meio ambiente ao explorar seu processo de construção, contexto de produção, transformações e características, tendo como recorte temporal 1970 - 2020.

2. POR UMA ECOLOGIA SANTA: construção e características do discurso oficial católico sobre meio ambiente

Com o aumento das inquietações relacionadas ao meio ambiente em todo o mundo, ocorreu pela primeira vez, em 1970, a menção direta de uma temática ambientalista em um discurso oficial católico, promovido pelo papa Paulo VI ao participar da Assembléia de Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Nele, devido a circulação e influência dos ideais neomalthusianos, o então papa condena as políticas de controle de natalidade propostas como resposta à crise ambiental, afirmando ser necessário ocorrer, antes de tudo, uma mudança radical no comportamento do homem, que deveria saber exercer seu domínio sobre a natureza:

O homem empregou milênios para aprender a submeter a natureza, a dominar a terra, como diz a palavra inspirada do primeiro livro da Bíblia. Agora, soou a hora de ele dominar o seu próprio domínio.... Repetimos, hoje, que a Igreja, por seu lado, estimula o progresso científico e técnico, em tudo o que se refere à esfera da ação humana, mas sempre reivindicando o respeito pelos direitos invioláveis da pessoa humana, que devem ser garantidos, em primeiro lugar, pelos poderes públicos. A Igreja é decididamente contrária à limitação da natalidade (SANTOS, 2017 p. 98-100).

A Igreja já afirmava que sua preocupação com o meio ambiente surgiu graças aos novos e diversificados movimentos ecológicos, que por desprezá-la, apresentavam soluções aos problemas ambientais que iam de encontro aos seus ensinamentos. Com um toque humanitário, assegurava-se que o desenvolvimento das causas ecológicas no seio da instituição se deu com a prosperidade do sentimento de obrigação moral em favor dos cuidados ambientais (CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, 2006, p. 15-16).

Nesse sentido, com o objetivo de abordar a crise ambiental de maneira mais consistente, foi posto em prática a criação de um arcabouço teológico que levará em consideração as interpretações de dois importantes eventos, o Concílio Vaticano II (1965), e O segundo Sínodo dos Bispos (1971), que contribuíram diretamente no desenvolvimento do discurso oficial católico.

A principal influência do Concílio Vaticano II se deu por meio da adoção do ideal de louvor a Deus através da criação, que diz ser de fundamental importância garantir uma distribuição de recursos justa no planeta, em que os frutos da terra são usados racionalmente pelo homem. Foi partindo desse princípio que houve a composição de dois documentos: a

constituição dogmática sobre a Igreja, *Lumen Gentium* (1964); e a constituição pastoral sobre a Igreja no mundo moderno, *Gaudium Et Spes* (1965) (CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, 2006, p. 16).

Os documentos, que apresentam mensagens semelhantes, reforçam a importância dos homens se manterem obedientes à Deus, já que quando a atividade humana é executada de acordo com as vontades do Criador, o homem se aproxima do ideal de vida santa e impregna no mundo o espírito de Cristo, carregado de paz, justiça e caridade:

Por sua competência no domínio profano e por sua atividade, interiormente elevada pela graça de Cristo, procurem contribuir eficazmente para que os bens criados se explorem em benefícios de todos os homens; sejam melhor distribuídos segundo a ordenação do Criador e a iluminação do seu Verbo, mediante o trabalho humano, a técnica e a cultura civil; e contribuam, na medida em que lhes é própria, para o progresso universal na liberdade humana e cristã (*LUMEN GENTIUM*, 1964 n. 36).

Deus destinou a Terra, com tudo que ela contém, para o uso de todos os seres humanos e de todos os povos. Conseqüentemente, os bens criados devem se chegar a todos em abundância e de forma equitativa, sob a égide da justiça e a companhia da caridade. Quaisquer que sejam as formas de propriedade, adaptadas às instituições legítimas, dos povos conforme as circunstâncias diversas e cambiantes, jamais se deve perder de vista o destino universal dos bens terrenos (*GAUDIUM ET SPES*, 1965 n. 69).

Já as contribuições de O segundo Sínodo dos Bispos, promovido com o objetivo de discutir tópicos relacionados à crise ambiental ao reunir bispos de todo o mundo, se deram por meio da criação do documento A Justiça no Mundo (1971). Além dos alertas sobre as consequências das ações do homem em larga escala no meio ambiente, que afetam diretamente os materiais da biosfera, a distribuição dos recursos, e por consequência, a dignidade humana, o documento inova ao mencionar as contribuições das nações mais ricas para a crise ecológica, que por seu consumo desenfreado, demandam uma alta taxa de recursos e energia:

... tal é a demanda por recursos e por energia por parte das nações mais ricas, sejam elas capitalistas ou socialistas, e tais são os efeitos da poluição provocada por elas na atmosfera e no mar, que será causado um dano irreparável aos elementos essenciais à vida na Terra, tais como o ar e a água, se suas elevadas taxas de consumo e de poluição, que crescem de modo constante, se estenderem a toda a humanidade” (A JUSTIÇA NO MUNDO, 1971 cap. 1).

O documento também faz menção aos objetivos da Conferência sobre o Homem e o Meio Ambiente, prestes a ocorrer em junho do ano seguinte, dizendo ser de fundamental importância especificar esta nova “preocupação mundial”, sendo responsabilidade das nações

mais ricas adotar um modo de vida menos materialista que provoque menos desperdício (A JUSTIÇA NO MUNDO, 1971, cap. 3).

A partir de ambos os eventos, algumas das principais características da ecologia católica foram estabelecidas: a ideia de louvar a Deus pela criação e a necessidade de um desenvolvimento integral que promovesse a dignidade humana. Ou seja, Deus é louvado quando a criação serve ao desenvolvimento integral de toda a família humana, sendo compromisso da Igreja trabalhar para que isso se concretize ao conscientizar o homem sobre os benefícios da conservação do meio ambiente.

Por fim, as interpretações promovidas serviram como base para a atuação dos papas, principais atores na promoção e divulgação dos ideais ecológicos católicos. Por intermédio deles, a noção de domínio do homem sobre as demais criaturas presentes nas escrituras sagradas foi enfim esclarecida.

2.1 O princípio de dominação no cuidado à Criação

Desde o início, os discursos católicos sobre meio ambiente são marcados pela ideia de dominação humana. Sendo uma das características mais notáveis da ecologia católica, a ideia de superioridade do homem foi, e ainda é duramente criticada por ambientalistas, que a encaram como uma das principais contribuintes para a exploração exacerbada da natureza. Assim, para que tal questão fosse esclarecida, o princípio de dominação passa a aparecer cada vez mais nos pronunciamentos católicos, recebendo uma atenção especial nos documentos papais.

O primeiro a tratar desse tema no processo de criação de alicerce teológico foi o papa Paulo VI, através de dois dos seus principais documentos: a encíclica *Populorum Progressio* (1967), e a carta apostólica *Octogesima Adveniens* (1971).

Na encíclica *Populorum Progressio*, Paulo VI disserta sobre o papel e cuidado do homem com relação a criação, já que Deus deu para ele a responsabilidade, a capacidade e a inteligência para aperfeiçoá-la em prol de todos:

Deus destinou a terra e tudo que nela existe ao uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens da criação influam com equidade às mãos de todos, segundo a regra da justiça, inseparável da caridade (*POPULORUM PROGRESSIO*, 1967, nn. 22).

Criado a sua imagem e semelhança, Deus fez o homem para que este possa contribuir no aprimoramento da criação e assim impregnar na terra a marca espiritual que ele recebeu. Daí a importância do trabalho no ponto de vista da teologia cristã, já que por meio dele o homem colabora com a criação e pode chegar ao status de “homem perfeito” expresso por São Paulo. O trabalho é então uma via para se alcançar a plenitude de Cristo, já que “une as vontades, aproxima os espíritos e solda os corações” (*POPULORUM PROGRESSIO*, 1967, nn. 27-28).

Já na carta apostólica *Octogesima Adveniens*, ao falar do perigo das crescentes expansão da indústria, que causam novos problemas sociais, faz alertas sobre como o homem está se perdendo no seu domínio, se tornando refém das suas próprias produções. É justamente por esse domínio desenfreado que passa a sentir as consequências dramáticas de sua própria atividade:

... por motivo da exploração inconsiderada da natureza, começa a correr o risco de destruí-la e de vir a ser, também ele, vítima dessa degradação. Não só já o ambiente material se torna uma ameaça permanente, poluições e lixo, novas doenças, poder destruidor absoluto; é mesmo o quadro humano que o homem não consegue dominar, criando assim, para o dia de amanhã, um ambiente global, que poderá tornar-se-lhe insuportável (*OCTOGESIMA ADVENIENS*, 1971, nn. 21).

Diferentemente da encíclica *Populorum Progressio*, a carta apresenta um tópico inteiro a respeito do meio ambiente, que seguindo os princípios da doutrina católica, declara ser dever dos cristãos se voltarem para as novas perspectivas ambientais, assumindo a responsabilidade com esse problema social (*OCTOGESIMA ADVENIENS*, 1971, nn. 21).

O princípio de dominação também aparece nos documentos produzidos pelo papa João Paulo II, que ao escrever sua primeira encíclica, *Redemptor Hominis* (1979), relaciona doutrina e criação com os então problemas ambientais. Na sua perspectiva, tais problemas foram adquiridos por meio da introdução da “caducidade”:

O imenso progresso nunca dantes conhecido, que se verificou particularmente no decorrer do nosso século, no campo do domínio sobre o mundo por parte do homem, não revela acaso ele próprio e ainda por cima em grau nunca dantes conhecido, aquela multiforme submissão “à caducidade” (*REDEMPTOR HOMINIS*, 1979 nn. 8).

O surgimento da caducidade no homem é dessa maneira a chave dos problemas ambientais, uma vez que seu desenvolvimento está diretamente relacionado com a introdução do pecado no mundo. A partir dessa introdução, criou-se um constante estado de ameaça, onde o homem se tornou vítima das suas próprias criações e passou a lidar com os danos que tais produções podem causar. Existe então um medo constante que o torna cada vez mais consciente sobre a exploração dos recursos do planeta, que como foi dito no *Concílio Vaticano II*, deve ser planejado de maneira racional e honesta:

O sentido essencial dessa “realeza” e deste “domínio” do homem sobre o mundo visível, que lhe foi confiado como tarefa pelo próprio Criador, consiste na prioridade da ética sobre a técnica, no primado das pessoas sobre as coisas e na superioridade do espírito sobre a matéria (*REDEMPTOR HOMINIS*, 1979 nn. 15-16).

Perspectiva semelhante é apresentada na encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* (1987). Em meio a discussões sobre os avanços já conquistados, como a tomada de consciência a respeito dos recursos limitados da terra, João Paulo II expressa a necessidade de se alcançar um “desenvolvimento verdadeiro”, que leve em consideração tanto a natureza corporal como a espiritual:

O homem, deste modo, passa a ter uma linha de afinidade com as outras criaturas: é chamado a utilizá-las, a cuidar delas e, sempre segundo a narração de Gênesis (cf. Gn 2,15), é colocado no jardim, com a tarefa de cultivá-lo e guardá-lo, estando acima de todos os outros seres, postos por Deus sob seu domínio (cf. Gn 1, 25-26). Mas, ao mesmo tempo, o homem deve permanecer submetido a vontade de Deus, que lhe prescreve limites no uso e no domínio das coisas (cf. Gn 2, 16-17), assim como lhe promete a imortalidade (cf. Gn 2,9; Sb 2, 23) (*SOLLICITUDO REI SOCIALIS*, 1987 nn. 26).

Existe assim uma relação direta entre domínio, trabalho e cuidado com a Criação. O homem não foi criado para ser uma criatura estática, já que é seu trabalho ter domínio sobre as outras criaturas para “cultivar o jardim”. No entanto, este trabalho deve ser exercido com obediência à lei divina, uma vez que quando o homem se volta contra Deus, recusando-se a se submeter a seu poder, a natureza se volta contra ele e não o reconhece mais como seu senhor (*SOLLICITUDO REI SOCIALIS*, 1987 nn. 29).

Esse senso de obediência é esclarecido por João Paulo II na encíclica *Laborem Exercens* (1981), na qual o trabalho é apresentado como uma atividade transitiva que contribui na obra do Criador. É através dele que ocorre o “desenvolvimento verdadeiro”

expresso anteriormente, que ao promover a descoberta de recursos e valores, possibilita o homem de desempenhar seu real papel na Criação:

E Deus viu que isso era bom”. Esta declaração da criação, que nós encontramos já no primeiro capítulo do Livro de Gênesis, é, ao mesmo tempo, em certo sentido, o primeiro “evangelho do trabalho”. Ela mostra, de fato, em que é que consiste a sua dignidade: ensina que o homem, ao fazer o trabalho, deve imitar Deus, seu Criador, por que traz em si – e ele somente – esse singular elemento de semelhança com Ele (*LABOREN EXERCENS*, 1981 nn. 25).

Ao participar da obra da criação por meio do trabalho, o homem deve reconhecer a natureza singular de cada criatura, para que possa distinguir o valor de cada uma delas e sagrar a glória de Deus. Levará assim uma vida santa, mesmo que faça uso de atividades seculares, para que o mundo possa ser marcado pelo espírito de Cristo (*LABOREN EXERCENS*, 1981 nn. 25).

Esse é um dos tópicos abordados por Papa Francisco na carta encíclica *Laudato si'* (2015), que reitera a importância do cuidado a criação expresso pelos seus anteriores, ao afirmar que o descuido do homem no compromisso de cultivar destrói o relacionamento interior com Deus e com a terra:

Cada criatura possui a sua bondade e perfeição próprias... As diferentes criaturas, queridas pelo seu próprio ser, refletem, cada qual a seu modo, uma centelha da sabedoria e da bondade infinitas de Deus. É por isso que o homem deve respeitar a bondade própria de cada criatura, para evitar o uso desordenado das coisas (*LAUDATO SI'*, 2015 p. 23).

Nesse sentido, existe em cada criatura o espírito vivificante de Deus, que ao ser descoberto, estreita nossa relação com o Criador. A descoberta desta presença é fundamental, pois estimula a desenvolver em nós mesmos a bondade das virtudes ecológicas:

O conjunto do universo, com as suas múltiplas relações, mostra melhor a riqueza inesgotável de Deus... Quando nos damos conta do reflexo de Deus em tudo o que existe, o coração experimenta o desejo de adorar o Senhor por todas as suas criaturas e juntamente com elas... (*LAUDATO SI'*, 2015 p. 28).

Para o Papa Francisco, muito além de dominar, a Igreja procura na sua atuação lembrar ao homem seu dever no cuidado à natureza ao promover alertas sobre sua capacidade de auto destruição. Logo, tendo em vista as capacidades que o Criador os conferiu, se forem capazes de reconhecer o valor e a fragilidade da natureza, o homem rapidamente superaria o mito moderno de progresso material ilimitado:

A melhor maneira de colocar o ser humano no seu lugar e acabar com a sua pretensão de ser dominador absoluto da terra, é voltar a propor a figura de um Pai criador e único dono do mundo; caso contrário, o ser humano tenderá sempre a querer impor à realidade as suas próprias leis e interesses (*LAUDATO SI'*, 2015 p. 24).

Percebe-se então que a dominação humana, por si só, não é encarada como um problema. Ela deve ser acompanhada pelo senso de responsabilidade imposto por Deus ao homem, que, sem deixar de lado os verdadeiros ensinamentos cristãos, traria somente benefícios à natureza. A degradação ambiental seria assim causada pela perda dos valores morais cristãos, consequência da desobediência do homem com os princípios divinos (SANTOS, 2017, p. 111).

Não é o domínio, mas sim a desobediência a grande responsável por criar uma exploração sem precedentes prejudicial à natureza. Como é dito pelo próprio Papa Francisco, Deus nos proibiu de toda pretensão de posse absoluta: “Nenhuma terra será vendida definitivamente, porque a terra pertence-me, e vós sois apenas estrangeiros e meus hóspedes” (Lv 25, 23) (*LAUDATO SI'*, 2015 p. 22).

Baseando-se nessa interpretação, a Igreja nega todas as acusações de que a exploração exacerbada da natureza foi aceita ou incentivada na sua doutrina, uma vez que foi fortemente condenada desde os primeiros mandamentos divinos. Garante também que a superioridade do homem perante as outras criaturas foi dada por Deus, sendo responsabilidade da humanidade cuidar da criação por meio da capacidade dada pelo Criador (SANTOS, 2017 p. 111).

Além disso, com o objetivo de responder às críticas de que o pensamento judaico cristão favoreceu a exploração irresponsável da natureza, diz ter havido um erro de interpretação das escrituras sagradas. Devido esse erro, o mandamento de dominar sobre as demais criaturas foi apresentado sem nenhum tipo de limite, sendo fundamental expressar a interpretação correta da mensagem bíblica.

Nasce daí a necessidade de acompanhar o termo “domínio” com palavras como “guarda”, “cuidado”, “responsabilidade” e “administração”, para reforçar a ideia de que Deus deu ao homem autoridade e capacidade para dominar sobre os demais seres, e por isso, é seu dever exercer uma administração responsável (SANTOS, 2017, p. 112).

2.2 A ambivalência do desenvolvimento tecno-científico

Como foi posto, um dos principais pontos abordados pela Igreja Católica no seu discurso sobre meio ambiente é a ideia de que “todo trabalhador é criador”, ao afirmar que foi Deus quem dotou o homem com os dons de inteligência, sensibilidade e imaginação, necessários para completar sua obra de criação.

Usado corretamente, o trabalho dá ao homem a possibilidade de imprimir na terra o cunho espiritual dado pelo Criador, responsável por criar em si mesmo habilidades como tenacidade, engenho e espírito de invenção. Nesse sentido, o trabalho leva ao progresso, já que desenvolve no homem a consciência profissional e o sentimento de caridade necessários para a aplicação tenaz da inteligência.

Ao mesmo tempo, o trabalho também cria o gosto pela investigação e invenção, que podem levar o homem ao egoísmo e à revolta por prometerem dinheiro, gozo e poder. Pode então desumanizar e escravizar, já que o trabalho só é considerado humano se permanecer livre (*POPULORUM PROGRESSIO*, 1967, nn. 25-28).

É através desta interpretação do trabalho que o discurso oficial católico desenvolve a ideia de progresso científico, ao perguntar sobre os perigos do desenvolvimento de um poder de criação incessante e seus impactos no processo de transformação da natureza:

Uma competição desmedida, que utiliza os meios modernos de publicidade, lança sem cessar novos produtos e procura aliciar o consumidor; e então, as antigas instalações industriais, ainda em funcionamento, ficam inutilizadas. E, assim, enquanto vastíssimas camadas da população não podem ainda satisfazer as suas necessidades primárias, emprega-se o engenho em criar as necessidades supérfluas. Poder-se-á, pois, perguntar, com toda a razão, se, apesar de todas as suas conquistas, o homem não está voltando contra si próprio os frutos da sua atividade (*OCTAGESIMA ADVENIENS*, 1971 nn. 9).

A perspectiva católica parte do princípio de que o homem, ao alargar seu domínio sobre o mundo material, perca os “fios essenciais” de seu domínio ao submeter sua humanidade, tornando-se assim objeto de manipulação. Daí a importância de acompanhar todas as fases e etapas do progresso “hodierno”, que põe em jogo o desenvolvimento da pessoa humana ao promover a multiplicação dos objetos materiais.

Dessa maneira, ocorre a exploração dos recursos naturais visando somente fins industriais, responsável por desenvolver a técnica sem qualquer tipo de enquadramento ao interferir diretamente na forma de ação do homem na natureza. O resultado deste predomínio é a produção de um desenvolvimento onde moral e ética aparecem em segundo plano:

esse progresso, que é autor e executor o homem, torna de fato a vida humana sobre a terra, em todos os seus aspectos, “mais humana?” Torna-a “mais digna do homem?” ... A situação do homem no mundo contemporâneo, de fato parece estar longe das exigências objetivas da ordem moral, assim como das exigências da justiça e, mais ainda, do amor social (*REDEMPTOR HOMINIS*, 1979 nn. 15-16).

Ao perder seu sentido real com o ambiente natural, a humanidade passa a não se dar conta dos significados presentes na relação entre homem e meio ambiente, em que os recursos naturais se tornam sementes para uso ou consumo imediatos. Com tal perda, ao invés de seguirem a vontade de Deus, agindo como senhores e guardiões da natureza marcados pelo sentimento de inteligência e nobreza, se tornam destruidores e exploradores do mundo natural, por demonstrarem nenhum respeito com os mandamentos divinos (*REDEMPTOR HOMINIS*, 1979 nn. 15).

Tal visão de mundo consolida a ideia de arbítrio para os mais fortes, favorecendo imensas desigualdades para a maior parte da humanidade, que precisa conviver em meio a injustiça e violência. Os recursos então são propriedade do primeiro que chegar ou daquele que tem mais poder, uma vez que o “vencedor leva tudo” (*LAUDATO SI'*, 2015 p. 29).

Como consequência, se verifica a perda de domínio do homem, que vê os frutos da sua atividade se revoltarem contra si mesmo de maneira imprevisível. Por esse motivo, dá-se o surgimento do estado de ameaça mencionado no tópico anterior, no qual o homem vive com medo das realizações produzidas por ele através da inteligência dada pelo Criador.

Dessa forma, mesmo com todo poder sobre si mesma, não há nenhuma garantia de que a humanidade o utilizará bem, já que as ações técnicas tem como dinâmica fazer com que tudo fique dentro da sua lógica. O homem, encarado como protagonista dessa dinâmica, trabalha pela busca do domínio extremo e não de utilidade para o bem-estar (*LAUDATO SI'*, 2015 p. 24).

Uma civilização puramente materialista condena o homem a escravidão. Tal interpretação é a base das críticas presentes no discurso católico, no qual o homem não pode renunciar seu lugar no mundo para fazer cumprir seu papel. Por consequência, não pode

tornar-se escravo de coisas como sistemas econômicos, suas produções ou seus próprios produtos (*REDEMPTOR HOMINIS*, 1979 nn. 16).

O progresso técnico e científico, portanto, produz um ônus ambíguo que pode levar o homem tanto ao bem quanto ao mal. Como uma tentação, faz a inteligência dada pelo Criador ser usada como um meio de destruição com o objetivo de obter maiores realizações. A partir disso, chega-se à conclusão que os problemas ambientais não serão extintos somente com o uso de medidas técnicas, mesmo com seus avanços promissores:

São louváveis e, às vezes, admiráveis os esforços de cientistas e técnicos que procuram dar solução aos problemas criados pelo ser humano. Mas, contemplando o mundo, damo-nos conta de que este nível de intervenção humana, muitas vezes ao serviço da finança e do consumismo, faz com que esta terra onde vivemos se torne realmente menos rica e bela, cada vez mais limitada e cinzenta, enquanto ao mesmo tempo o desenvolvimento da tecnologia e das ofertas de consumo continua a avançar sem limites (*LAUDATO SI'*, 2015 p. 24).

Reforça-se assim que o poder humano tem limites, e por isso, qualquer uso ou pesquisa que envolva os recursos naturais deve acontecer com respeito religioso em prol da integridade da criação. Não é possível propor uma relação com o ambiente que exclua a relação do homem com Deus. Daí a exigência de se estabelecer uma concepção correta do trabalho, responsável por dar sentido e finalidade na busca pela dignidade humana. Como diz o Papa Francisco “a técnica separada da ética dificilmente será capaz de autolimitar o seu poder” (*LAUDATO SI'*, 2015 p. 43).

No próximo capítulo veremos como a Igreja Católica transforma suas inquietações teológicas sobre o meio ambiente em discursos políticos. O Vaticano é um Estado soberano, e tem voz na Organização das Nações Unidas – ONU, onde realiza seus discursos oficiais tanto nas assembleias gerais como nos eventos organizados sobre a defesa do meio ambiente.

3. ESTOCOLMO, RIO E JOANESBURGO: A participação católica nas conferências internacionais

A partir da década de 1970, por meio da atuação do papa Paulo VI, foram dadas as primeiras passadas para interligar a preservação ambiental ao aspecto moral. Paulo VI foi o responsável por enraizar os fundamentos ecológicos da Igreja Católica se opondo ao controle de natalidade ao dar ênfase a tomada de atitude, afirmando ser necessário haver um equilíbrio harmonioso na natureza, uma vez que ela é uma criação divina (SANTOS, 2017 p. 100).

Foi responsável também de pôr em prática o processo de revisão dos princípios da Doutrina Social da Igreja, no qual afirmava haver uma relação direta entre espiritualidade e meio ambiente: a natureza é um elo com o Criador, e por isso, deve ser não só ouvida, mas também louvada por ser um reflexo de Deus. É com esse espírito que a Santa Sé participa das conferências internacionais promovidas pela ONU com o objetivo de expandir sua perspectiva ambiental, insistindo que o trabalho de seus representantes ao expandir sua doutrina era indispensável na busca por um desenvolvimento sustentável.

3.1 A Conferência de Estocolmo: O Homem e o Meio Ambiente – 1972

As contribuições da Santa Sé na conferência de Estocolmo se deram por meio de uma mensagem papal, escrita pelo papa Paulo VI. Nela, citando o lema de “uma única terra”, o papa disserta sobre a necessidade de se assegurar o planeta para as futuras gerações, já que homem e natureza estão unidos e dividem um futuro em comum. Expressa também os perigos que o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico representam para a natureza, uma vez que criam armas sujeitas a destruição e o desejo de explorar de maneira desequilibrada os recursos naturais (CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, 2006, p. 112-113).

Através da sua mensagem, Paulo VI expõe uma das características marcantes do discurso católico sobre meio ambiente, a ideia de que por melhor que sejam as medidas de caráter técnico-científico, elas de nada ajudarão o meio ambiente se não forem acompanhadas de uma mudança de comportamento e mentalidade: é preciso haver uma “elevação” da

natureza, que por ser fruto da criação divina, deve ser cuidada pelo homem que também faz parte do projeto de Criação. Assim, deixaria de ser vista como uma simples fonte de recursos que deve ser explorada pela humanidade (SANTOS, 2017 p. 50).

Se tratando da natureza, é preciso levar em consideração os princípios éticos, que ao despertar o sentimento de solidariedade, reforça uma atitude respeitosa na relação entre homem e meio ambiente:

Para a raça humana, governar a Criação não significa destruí-la, mas aperfeiçoá-la; não significa transformar o mundo em um lugar caótico e inabitável, mas em uma maravilhosa moradia onde todas as coisas são respeitadas. Por conseguinte, ninguém pode possuir o meio ambiente de forma absoluta e egoísta, que não é “res nullius”, ou seja, algo que não pertence a ninguém, mas sim “res omnium”, patrimônio da humanidade. Aqueles que estão de posse do meio ambiente, tanto na vida privada quanto na vida pública, deve usá-lo de modo que isso redunde em uma vantagem real para todos. Certamente, o homem é o primeiro e o mais genuíno tesouro da Terra (MENSAGEM DO PAPA PAULO VI À CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO, 1972).

As contribuições da Igreja à Conferência de Estocolmo também se deram por meio da Santa Sé. Em uma declaração oficial destinada ao evento, o chefe da delegação tocou em pontos específicos ligados a ecologia católica, como a necessidade de uma harmonia entre homem e meio ambiente em um mundo cada vez mais tecnológico; os benefícios de um desenvolvimento genuíno com cuidado a natureza, que facilitaria a criação de políticas em âmbito nacional e internacional; e a responsabilidade dos países em desenvolvimento de estabelecer um modelo de “civilização”. Reitera ainda que o Estado do Vaticano está empenhando em atuar em favor do meio ambiente, atuando não só no seu território, mas também naqueles que estão sob sua jurisdição (DECLARAÇÃO DA SANTA SÉ, 1972).

No período pós conferência, Paulo VI continuou a participar de eventos com o objetivo de levar a público o discurso católico sobre as questões ecológicas. Dentre eles, pode-se destacar sua participação na Semanas de Estudos sobre Membranas Biológicas e Artificiais (1975), que ao discursar sobre a dessalinização da água, expressou preocupação com as gerações futuras tendo em vista as perspectivas sobre a falta de reservas de água potável. Baseando-se nos princípios da Doutrina Social da Igreja, frisou para a classe científica a importância de usar a inteligência humana em favor da natureza para que houvesse um desenvolvimento compatível com os planos de Deus (CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, 2006, p. 28).

3.2 A Conferência do Rio: O Meio Ambiente e o Desenvolvimento – 1992

Diferente de Estocolmo, a conferência do Rio não contou com a contribuição de uma mensagem papal. Entretanto, devido às extensões da Igreja Católica com a crise ambiental, houve a participação ativa de uma delegação da Santa Sé nas preparações do evento, que na sua mensagem levará em consideração os aspectos presentes no discurso desenvolvido pelo papa João Paulo II.

Seguindo os passos do seu antecessor Paulo VI, entre 1990 e a realização da conferência, os pronunciamentos de João Paulo II têm como principal característica a ideia de cuidado com toda a Criação. Deste modo, publica em 1990 a Mensagem para o Dia Mundial da Paz, intitulada Paz com Deus, paz com toda a Criação, na qual paz e harmonia são sinônimos e representam a relação da pessoa humana com o Criador/Criação:

Observa-se nos nossos dias uma consciência crescente de que a paz mundial está ameaçada, não apenas pela corrida aos armamentos, pelos conflitos regionais, e por causa das injustiças que ainda existem no seio dos povos e entre as nações, mas também pela falta do respeito devido à natureza, pela desordenada exploração dos seus recursos e pela progressiva deterioração da qualidade de vida (CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, 2006, p. 145).

A mensagem também faz menção a ação do homem e suas consequências sobre a Criação. Na interpretação de João Paulo II, o homem, ao se afastar de Deus, cria uma desordem que contamina todo o mundo, em que a crise ecológica é apresentada como um problema moral que não será solucionada somente com medidas técnicas e científicas, mesmo que haja uma boa gestão dos recursos:

... o índice mais profundo e mais grave das implicações morais, ínsitas a problemática ecológica, é constituído pela falta de respeito pela vida, evidente em muitos dos padrões de poluição ambiental. Muitas vezes, os interesses da produção prevalecem sobre a dignidade do trabalhador e os interesses econômicos são postos acima do bem de cada uma das pessoas, se não mesmo acima do bem de populações inteiras. Nestes casos, a poluição e a destruição do ambiente são fruto de uma visão reducionista e antinatural que, algumas vezes, denota o verdadeiro desprezo do homem (CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, 2006, p. 148-149).

Nasce então a necessidade moral de uma nova solidariedade, na qual os Estados têm o dever de demonstrar serem solidários na criação do desenvolvimento, em respeito ao mundo

natural e social. Em busca da pacificidade, o ideal seria que os países em via de industrialização não repetissem os erros cometidos por outros anteriormente, como o uso de produtos que danificam o ambiente, e a exploração exacerbada dos recursos.

Como é posto na mensagem, se os governantes das nações não estiverem verdadeiramente engajados na luta por essa nova solidariedade, nenhuma organização terá condições de pôr em prática as mudanças previstas. Nas palavras de João Paulo II, tal solidariedade é essencial para a paz e proporcionará ocasiões oportunas para consolidar as relações pacíficas entre os Estados (MENSAGEM PARA O DIA MUNDIAL DA PAZ, 1990).

Ademais, ao refletir sobre a relação entre equilíbrio ecológico e medidas de enfrentamento às formas estruturais de pobreza, bem como o perigo da guerra e sua relação com a ciência moderna, o papa enfatiza novamente a indispensabilidade de um novo estilo de vida como solução para a crise ecológica. Tendo em vista a propensão do homem ao hedonismo e ao consumismo, tal estilo de vida deve levar em consideração os objetivos da chamada educação para a responsabilidade ecológica: “responsabilidade em relação a si próprio, responsabilidade em relação aos outros e responsabilidade em relação ao ambiente” (MENSAGEM PARA O DIA MUNDIAL DA PAZ, 1990).

Outro importante documento deste período é a encíclica *Centesimus Annus*, que também forneceu reflexões sobre a participação da Santa Sé na conferência do Rio. Publicada em 1991, seu texto aborda com maior profundidade o problema do consumismo, no qual o homem, ao priorizar o prazer proporcionado pelo desejo de ter ao invés do de ser, provoca um consumo desordenado que afeta negativamente sua existência:

O homem, que descobre a sua capacidade de transformar e, de certo modo, criar o mundo com o próprio trabalho, esquece que esse se desenrola sempre sobre a base da doação originária das coisas por parte de Deus... Em vez de realizar o seu papel de colaborador de Deus na obra da Criação, o homem substitui-se a Deus, e deste modo acaba por provocar a revolta da natureza, mais tiranizada que governada por ele (*CENTESIMUS ANNUS*, 1991, nn. 37).

Além da destruição do ambiente natural, a encíclica também faz menção a destruição do ambiente humano, que para João Paulo II é tão grave quanto. Nas suas palavras, “empenhamo-nos demasiado pouco em salvaguardar as condições morais de uma autêntica “ecologia humana”. Nesse sentido, além de preservar o ambiente natural, o homem deve ter em mente que a terra foi dada a ele por Deus, e por isso, é sua responsabilidade respeitar a estrutura natural e moral que lhe foi concedida:

O homem recebe de Deus a sua dignidade essencial e com ela a capacidade de transcender todo o regime da sociedade, rumo à verdade e ao bem. Mas também está fortemente condicionado pela estrutura social em que vive, pela educação recebida e pelo ambiente. Estes elementos tanto podem facilitar como dificultar o seu viver conforme à verdade (*CENTESIMUS ANNUS*, 1991, nn. 38).

É sob esses moldes que a delegação da Santa Sé contribui com na Rio-92, insistindo na ideia de centralidade da pessoa humana e sua efetiva participação no desenvolvimento e cuidado com o meio ambiente. Por esse motivo, seus representantes tocam em pontos específicos durante sua participação na conferência, como o desenvolvimento integral de todas as pessoas e de todos os povos; a questão populacional/demográfica; e o impacto da guerra no meio ambiente.

Seu discurso é marcado pelo princípio de administração solidária, que deveria se estender por toda a Criação e contaria com a universalização dos bens, sejam eles naturais, espirituais, intelectuais ou tecnológicos. Desta forma, a busca pelo desenvolvimento integral deveria ocorrer mediante a distribuição dos recursos econômicos e sociais para melhoria de qualidade de vida, que conseqüentemente resultaria o problema do crescimento populacional, que vai além de uma paternidade responsável (*CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ*, 2006, p. 58-60).

A Santa Sé também deu atenção aos pobres, defendendo os princípios de liberdade e dignidade humana ao tecer críticas às formas estruturais de pobreza, como a falta de emprego, de assistência médica e de educação adequadas:

Não se deve dar atenção aos pobres apenas para a adoção de medidas de controle populacional, como se os pobres fossem, por seu número ou por sua própria existência, os responsáveis, e não as vítimas, pela ausência de desenvolvimento e pela degradação ecológica (*DIRETOR DE IMPRENSA OFICIAL DA SANTA SÉ*, 1992).

É importante ressaltar também a participação da Santa Sé na Rio + Cinco em 1997, que tinha por objetivo garantir a implementação da Agenda 21, documento final da Conferência do Rio. Nesta seção especial, sua declaração se caracteriza pelo desejo de proteger natureza e humanidade, tarefa que deveria ser executada através do "espírito de solidariedade", respeitando o elo existente entre ecologia, economia e desenvolvimento equitativo.

Sua declaração toca em outros pontos significativos, como a necessidade de promover uma educação em respeito à natureza, que resultaria num uso inteligente dos recursos naturais e despertaria nas jovens gerações os sentimentos de tolerância, generosidade e doação na tomada de atitude. Reforçava ainda o papel dos fiéis nesse projeto, contribuindo para que homens e mulheres possam enxergar a reverência atrelada na beleza natural, que por sua precedência os eleva ao criador (CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, 2006, p. 79-80).

Além disso, neste período pós conferência, João Paulo II publica três exortações apostólicas pós sinodais, que tinham como intuito abordar as questões ambientais características das regiões da América, Ásia e Oceania: *Ecclesia in America (1999)*, *Ecclesia in Asia (1999)*, e *Ecclesia in Oceania (2001)*. Partindo do princípio de uma Igreja universal, os documentos falam sobre os problemas ambientais enfrentados por cada região e a necessidade de adoção de medidas éticas e espirituais:

É necessária a colaboração de todos os homens de boa vontade com as instâncias legislativas e governamentais, para conseguir uma proteção eficaz do ambiente, considerado como dom de Deus. Quantos abusos e prejuízos ecológicos não há em muitas regiões americanas! Pense-se na emissão descontrolada de gases nocivos ou no dramático fenômeno dos incêndios florestais, provocados por vezes intencionalmente por pessoas movidas por interesses egoístas (*ECCLESIA IN AMERICA*, 1999, n. 25).

Os Padres Sinodais advogam de maneira especial uma maior responsabilidade por parte dos governantes das nações, legisladores, empresários e todos que estão diretamente envolvidos na administração dos recursos da terra... a proteção do meio ambiente não é só uma questão *técnica*, mas também e sobretudo uma questão *ética*. Todos têm obrigação moral de olhar pelo meio ambiente, não apenas para vantagem própria, mas também em proveito das gerações futuras (*ECCLESIA IN ASIA*, 1999, n. 41).

A Oceania é uma parte do mundo com grande beleza natural, tendo conseguido guardar áreas que permanecem intactas. Ainda hoje a região oferece aos povos indígenas um lugar para viverem em harmonia com a natureza e uns com os outros. Dado que a criação foi confiada à gestão do homem, o mundo natural não é simplesmente um conjunto de recursos para desfrutar, mas também uma realidade que deve ser respeitada e venerada como dom que lhe foi confiado por Deus... Os Padres Sinodais pediram aos povos da Oceania para se alegrarem sempre com a glória da criação, num espírito de ação de graças ao Criador (*ECCLESIA IN OCEANIA*, 2001, n. 31).

Sob o comando de João Paulo II, este período tem como grande característica a centralidade da pessoa humana por seu papel no cuidado à criação, a necessidade de se universalizar os bens para o florescimento de um desenvolvimento verdadeiramente

equitativo, e a indispensável participação da Doutrina Social da Igreja nesse projeto por meio dos seus representantes.

3.3 A Conferência de Joanesburgo: Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentado (CMDS) – 2002

A participação católica em Joanesburgo se deu por meio de um documento produzido pela Santa Sé. Submetido à IV Sessão do Comitê Preparatório, apresenta uma abordagem integrada da questão ecológica, discutindo os três pilares do desenvolvimento sustentável – ambiental, econômico e social (CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, 2006, p. 90).

De início, o documento discute os próprios objetivos da conferência, afirmando que o evento procurava assegurar as condições materiais para a promoção de um desenvolvimento sustentável através dos três pilares acima mencionados. Diz então que esse esforço será ainda mais benéfico se for executado como um “sinal de solidariedade”, que em favor do bem comum, executa uma preservação ambiental que supera as diferenças culturais por meio da ética:

Para alcançar esse objetivo, toda sociedade deve possuir sólidos valores éticos enraizados ou ela estará sem rumo e não terá as fundamentações necessárias sobre as quais o tão almejado desenvolvimento possa ser construído e sustentado. Estes esforços serão direcionados melhor aos se encontrar os meios de ordenar melhor a sociedade humana pela garantia de exigências básicas como a justiça, os direitos humanos, a paz e a liberdade. A CMDS será uma contribuição valiosa para melhorar o estado do mundo, se ela for bem sucedida em poder equilibrar e na verdade priorizar seus esforços para melhorar as condições de vida de todos (DOCUMENTO DA SANTA SÉ PARA A IV SESSÃO DO COMITÊ PREPARATÓRIO DA CÚPULA MUNDIAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO, 2002, n. 01).

O documento defende a perspectiva de que o desenvolvimento sustentável precisa ser parte do desenvolvimento humano, em que a CMDS desempenha um importante papel, já que deve assegurar medidas que fortaleçam esse elo em busca de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Desta forma, os princípios a serem seguidos são os de caráter humano, que não podem ser subjugados por fatores políticos e econômicos, uma vez que a dignidade humana precisa estar acima de qualquer coisa.

Os homens têm sob sua responsabilidade o meio ambiente. Parte daí a importância do princípio de dignidade humana, que em conjunto com a chamada ecologia humana, garante as condições éticas e morais no cuidado ao meio ambiente. Percebe-se assim o papel da família, que dentro dos princípios da ecologia humana, é a instituição encarregada de dar ao homem as primeiras noções a respeito da verdade, do bem e do amor (DOCUMENTO DA SANTA SÉ PARA A IV SESSÃO DO COMITÊ PREPARATÓRIO DA CÚPULA MUNDIAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO, 2002, n. 03).

Nesse sentido, como a CMDS apresenta um cenário de globalização, torna-se necessário garantir que a então globalização esteja a serviço da pessoa humana e da solidariedade. Tendo isso garantido, garante-se também o bem comum de todos, no qual o desenvolvimento sustentável se firma numa base ética ao respeitar as diversidades culturais:

Há referências de que a globalização também se tornou um fenômeno cultural, onde o indivíduo começou a duvidar da sua própria capacidade e aptidão para moldar, de modo efetivo, o meio em que vive e as coisas por ele criadas. Consequentemente, o desenvolvimento sustentável deve repousar sobre uma sólida base ética que respeite a diversidade e a importância das culturas, que são “as chaves interpretativas da vida. Particularmente, não se deve privar os pobres daquilo que lhes resta de mais precioso, até das crenças e das práticas religiosas, porque as convicções religiosas genuínas constituem a manifestação mais clarividente da liberdade humana (DOCUMENTO DA SANTA SÉ PARA A IV SESSÃO DO COMITÊ PREPARATÓRIO DA CÚPULA MUNDIAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO, 2002, n. 04).

É a partir desta interpretação que a Santa Sé apresenta os temas importantes para a CMDS, como a erradicação da pobreza, garantia de bem estar social através de educação, saúde, emprego e moradia, criação de novos padrões de consumo e produção, assim como acesso a água potável, temas que serviriam de incentivo para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Reforça assim o apelo por uma “globalização da solidariedade” feito pelo Papa João Paulo II, no qual a globalização não pode ocorrer através do subjugo dos interesses dos mais fracos e menos afortunados. Pelo contrário, deve-se basear numa concepção completa da pessoa humana, levando em consideração os ideais de dignidade e direito:

É necessário que “organismos internacionais efetivos controlem e encaminhem a economia para o bem comum (...) [e que] apoiem e tenham em devida conta aqueles povos e países que têm escasso peso no mercado internacional, mas que concentram as necessidades mais graves e dolorosas” (DOCUMENTO DA SANTA SÉ PARA A IV SESSÃO DO COMITÊ PREPARATÓRIO DA CÚPULA MUNDIAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO, 2002, n. 06).

Por fim, o documento menciona o princípio da subsidiariedade e seu papel na criação de um desenvolvimento sustentável, já que garante a preservação da identidade cultural de determinada comunidade ao ter suas necessidades de desenvolvimento atendidas, seja ou não através de assistência exterior. Menciona também os desafios futuros à CMDs, como a inclusão dos países menos desenvolvidos nas negociações, o respeito aos acordos internacionais, a participação ativa dos países desenvolvidos na criação de medidas em prol do desenvolvimento sustentável, e a diminuição de barreiras tarifárias, que desde já deveriam ser enfatizados (DOCUMENTO DA SANTA SÉ PARA A IV SESSÃO DO COMITÊ PREPARATÓRIO DA CÚPULA MUNDIAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO, 2002, n. 07-08).

Sobre este período, é fundamental destacarmos também a declaração conjunta do papa João Paulo II e do patriarca ecumênico Bartolomeu I em 2002, popularmente conhecida como Declaração de Veneza. A declaração faz parte do IV Simpósio sobre Religião, Ciência e Meio Ambiente organizado pelo patriarca da Igreja Grega Ortodoxa, que desde 1992, promove seminários e afins com a intenção de discutir a questão ecológica. Assinada pelos líderes das duas Igrejas, ao ser finalizada, a declaração estaria à disposição dos envolvidos com a Conferência de Johannesburgo (CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, 2006, p. 91-92).

A declaração promove uma ligação direta entre pecado e harmonia com a criação, em que no início homem e mulher desobedeceram a vontade de Deus ao não cumprir seu desígnio. Como consequência, a harmonia original da criação foi perdida, sendo responsabilidade dos homens aceitarem o mandado de serem os administradores da criação, carregados de santidade e sabedoria:

Deus não abandonou o mundo. Ele quer que o seu desígnio e a nossa esperança em relação ao mundo se realizem através de uma cooperação destinada a restabelecer a sua harmonia originária. Em nosso tempo, estamos a assistir ao desenvolvimento de uma *consciência ecológica*, que deve ser encorajada a fim de poder redundar em iniciativas e programas concretos. A consciência da relação entre Deus e a humanidade dá sentido mais completo à importância do relacionamento entre seres humanos e o meio ambiente natural, que é a criação de Deus, e que Ele nos confiou a fim de que cuidássemos dela com sabedoria e amor (cf. Gn 1,28) (DECLARAÇÃO CONJUNTA DO PAPA JOÃO PAULO II E DO PATRIARCA ECUMÊNICO BARTOLOMEU I, 2002, p. 02).

Em suas interpretações, respeitar a criação é demonstrar respeito pela vida e pela dignidade do homem. Para tanto, é preciso haver uma conversão autêntica, que transformará o

modo de agir e pensar da humanidade. Como resposta à crise ambiental, o homem deve apresentar uma atitude de humildade ao reconhecer seus limites, tendo como inspiração um comportamento ético baseado no relacionamento com Deus, com os homens e com a criação. Tal comportamento tem como característica os princípios universais de solidariedade e justiça social, encarregados de conceber a autêntica “cultura da vida” (DECLARAÇÃO CONJUNTA DO PAPA JOÃO PAULO II E DO PATRIARCA ECUMÊNICO BARTOLOMEU I, 2002, p. 02).

Nesse sentido, reforçando o poder da oração, a declaração convida os homens e mulheres de boa fé a se atentarem sobre alguns objetivos éticos importantes, tais como: a situação das crianças no mundo ao elaborar políticas concretas; o papel da ciência e tecnologia dentro dos princípios da centralidade da pessoa humana; reconhecimento das diferentes responsabilidades na melhora do meio ambiente, já que as instituições apresentam condições distintas; assim como consciência das exigências da solidariedade, principalmente em relação à ideia de propriedade (DECLARAÇÃO CONJUNTA DO PAPA JOÃO PAULO II E DO PATRIARCA ECUMÊNICO BARTOLOMEU I, 2002, p. 03).

Com um tom esperançoso, papa e patriarca finalizam sua declaração afirmando que não é tarde para a mudança, uma vez que o mundo ainda está apto para a purificação. Chega-se a um novo século, com uma nova geração, que com a ajuda de Deus podem garantir os frutos para o futuro.

4. A ECOLOGIA CATÓLICA NO NOVO SÉCULO: Papa Francisco, *Laudato si'* e *Querida Amazonia*

A publicação da exortação apostólica *Evangelii Gaudium* marca o início do pontificado de Francisco e seu interesse pela questão ecológica. Publicado em 2013, o documento expressa as preocupações do papa com o mundo atual ao refletir sobre as constantes transformações sociais e seus impactos no bem estar do homem na sua relação com Deus.

Destinada a toda população cristã, desde o episcopado aos fiéis leigos, a exortação promove algumas interpretações sobre o perigo do consumismo, que por ser tão presente na contemporaneidade, faz desenvolver na humanidade um individualismo carregado de mesquinhez e prazeres superficiais, afastando-a do caminho trilhado pelo Criador:

Quando a vida interior se fecha nos próprios interesses, deixa de haver espaço para os outros, já não entram os pobres, já não se ouve a voz de Deus, já não se goza da doce alegria do seu amor, nem fervilha o entusiasmo de fazer o bem. Este é um risco, certo e permanente, que correm também os crentes. Muitos caem nele, transformando-se em pessoas ressentidas, queixosas, sem vida. Esta não é a escolha duma vida digna e plena, este não é o desígnio que Deus tem para nós, esta não é a vida no Espírito que jorra do coração de Cristo ressuscitado (*EVANGELII GAUDIUM*, n. 2, 2013).

O Papa Francisco então nos apresenta o papel do evangelho, que carregado de plenitude, é capaz de desenvolver uma libertação profunda na qual os homens se tornam mais sensíveis perante as necessidades dos outros. Vive assim uma vida digna, em que a Igreja, ao cumprir seu papel evangelizador, mostra aos cristãos o verdadeiro sentido de realização pessoal, pois “a vida se alcança e amadurece à medida que é entregue para dar vida aos outros” (*EVANGELII GAUDIUM*, n. 10, 2013).

Tal missão precisa ser executada com alegria, já que existe no evangelizar uma alegria que vem de Cristo. Deste modo, partindo do princípio de que o mundo atual está carregado de dor e angústia, é tarefa do evangelizador levar a “Boas Nova” por serem os ministros do Evangelho. Entretanto, não deve transformar esta missão em algo pessoal, já que a alegria de evangelizar vem do Senhor Deus:

Embora esta missão nos exija uma entrega generosa, seria um erro considerá-la como uma heroica tarefa pessoal, dado que ela é, primariamente e acima de tudo o que possamos sondar e compreender, obra de Deus. Jesus é o primeiro e o maior

evangelizador. Em qualquer forma de evangelização, o primado é sempre de Deus, que quis chamar-nos para cooperar com Ele e impelir-nos com a força do seu Espírito. A verdadeira novidade é aquela que o próprio Deus misteriosamente quer produzir, aquela que Ele inspira, aquela que Ele provoca, aquela que Ele orienta e acompanha de mil e uma maneiras. Em toda a vida da Igreja, deve-se sempre manifestar que a iniciativa pertence a Deus, “porque Ele nos amou primeiro” (*1 Jo* 4, 19) e é “só Deus que faz crescer” (*1 Cor* 3, 7) (*EVANGELII GAUDIUM*, n. 10, 2013).

Nesse sentido, mesmo que a proposta do documento não seja falar sobre meio ambiente, toca em pontos importantes característicos da ecologia católica, como o consumismo desenfreado, as grandes transformações na indústria, os impactos do desenvolvimento técnico-científico, e as consequências destas atividades seculares na relação entre criador e criação. Além disso, expressa também a responsabilidade dos cristãos em reverter este quadro por meio do evangelho, ao guiar um caminho correto por estarem cheios do espírito vivificante de Cristo.

De maneira tangente, Papa Francisco já indicava que a questão ecológica seria um dos pilares do seu pontificado, fato que se comprova nos anos seguintes à exortação apostólica, com a publicação da carta encíclica *Laudato si'*.

4.1 A Carta Encíclica *Laudato si'*

Sendo a primeira encíclica escrita integralmente pelo Papa Francisco, *Laudato si'* vem falar sobre o cuidado com a mãe terra, a quem o papa se refere como “Casa Comum”. Logo em suas primeiras páginas, ao louvar a Deus pela casa comum e seus frutos que garantem sustento, aponta que os homens esqueceram que são terra, já que seus corpos são constituídos pelos elementos naturais. Como resultado, foi posto em prática um tipo de trabalho que usa os bens naturais, dados pelo Senhor, de maneira irresponsável, sendo o objetivo da encíclica propor um diálogo a respeito da degradação ambiental a partir do conceito de Casa Comum.

Em sua concepção, os cristãos são chamados a aceitarem o mundo como sacramento de partilha e comunhão, em respeito não só a Deus, mas também ao seu próximo. Deste modo, ao se aproximar da natureza, devem levar em consideração os sentimentos de admiração e encanto, característicos da fraternidade. Parte daí o desenvolvimento do sentido

de degradação, em que ao explicar como a crise ambiental se tornou um tema desinteressante para os poderosos, denota que o homem se transformou no dominador absoluto dos recursos naturais interessado em adquirir recursos imediatos (*LAUDATO SI'*, 2015, p. 03-04).

Neste documento, busca explicar o que está acontecendo com a casa comum, que em suas próprias palavras, está se transformando num grande depósito de lixo. Devido às necessidades cada vez maiores de consumo, a indústria não soube desenvolver um tipo de produção que combatesse o desperdício e praticasse a preservação, fato que afetou de maneira concreta o equilíbrio natural. Assim, chama todos a tomarem consciência sobre a exigência de um novo estilo de vida, produção e consumo, capaz de atenuar a danificação do planeta (*LAUDATO SI'*, 2015, p. 07-08).

Na sua interpretação, os recursos naturais estão se tornando cada vez mais escassos graças às atividades comerciais características da economia global, que como expresso anteriormente, apresentam formas de atendimento imediatas. As espécies, por exemplo, são vistas somente como recursos a serem explorados, no qual os homens não são capazes de enxergar os valores que possuem e a sua importância na criação (*LAUDATO SI'*, 2015, p. 11).

Desta forma, mesmo reconhecendo sua importância, Papa Francisco tece críticas às atividades técnicas propostas por especialistas, que apesar de buscarem soluções para os problemas humanos, criam um nível de intervenção elevado, nos quais tais atividades podem ser executadas em favor das finanças e do consumo:

Mas, contemplando o mundo, damos-nos conta de que este nível de intervenção humana, muitas vezes ao serviço da finança e do consumismo, faz com que esta terra onde vivemos se torne realmente menos rica e bela, cada vez mais limitada e cinzenta, enquanto ao mesmo tempo o desenvolvimento da tecnologia e das ofertas de consumo continua a avançar sem limites (*LAUDATO SI'*, 2015, p. 12).

Afirma então que a ecologia tem como fonte a abordagem social, sendo um erro grave associar os males ambientais apenas aos fatores demográficos, esquecendo-se do verdadeiro vilão: o consumismo exacerbado. Esquecê-lo é dar legitimidade ao sistema atual, legitimando também uma minoria privilegiada, que por ter acesso a certos recursos pratica um tipo de consumo impossível de se generalizar (*LAUDATO SI'*, 2015, p. 16).

Nesse sentido, menciona o papel das nações mais ricas no combate a degradação ambiental, adotando modelos de energia renováveis ou ao menos diminuindo o fluxo daqueles que não o são, além da distribuição de recursos para as nações mais pobres, dando a estas

possibilidades de pôr em prática programas de desenvolvimento sustentável (*LAUDATO SI'*, 2015, p. 17)

Entretanto, no entendimento do Papa Francisco, existem alguns empecilhos para a prática deste tipo de ação, já que atividades similares movidas por organizações sociais são encaradas como um sonho anacrônico movido por idealistas. Ou seja, os poderes econômicos continuam a ditar como funciona o mundo atual, não se preocupando em respeitar os sentidos de dignidade humana e preservação ambiental para atenderem seus interesses particulares (*LAUDATO SI'*, 2015, p. 18).

O intuito da Igreja, portanto, não é promover uma palavra ou opinião definitiva sobre este tema, pois entende ser necessário propor um debate honesto com os cientistas para a resolução dos problemas. Mas, entende também que o sistema atual, a nível global, é insustentável, já que provoca a deterioração da casa comum. Por isso, concorda ser preciso pensar na finalidade da ação humana ao refletir sobre o comportamento dos homens, que almejam reforçar seus já estabelecidos estilos de vida:

Se o olhar percorre as regiões do nosso planeta, apercebemo-nos depressa de que a humanidade frustrou a expectativa divina... Se quisermos, de verdade, construir uma ecologia que nos permita reparar tudo o que temos destruído, então nenhum ramo das ciências e nenhuma forma de sabedoria pode ser transcurada, nem sequer a sabedoria religiosa com a sua linguagem própria (*LAUDATO SI'*, 2015, p. 20).

A partir do próprio evangelho, Papa Francisco apresenta alguns incentivos sobre o cuidado com a natureza. Tal indicação parte do princípio de que a relação original e harmoniosa entre homem e meio ambiente foi perdida (cf. Gn. 3, 17-19), sendo necessário reforçar novamente o valor espiritual da natureza, lembrando à humanidade seu papel na criação ao esclarecer seu poder de auto destruição (*LAUDATO SI'*, 2015, p. 24-25).

Enfatiza assim que os sentimentos de paz, justiça e conservação da criação estão ligados, uma vez que o meio ambiente é um bem coletivo, e não podem ser tratados separadamente tendo em vista os perigos constantes do reducionismo. Por tudo estar interligado, é necessário que o cuidado ao meio ambiente leve em consideração uma preocupação sincera tanto com os seres humanos, quanto com os problemas sociais (*LAUDATO SI'*, 2015, p. 29-30).

Parte daqui as críticas ao mercado contemporâneo, que por não priorizar o desenvolvimento humano integral, não possui formas de inclusão social. O Papa Francisco afirma que os grandes desequilíbrios, tanto ecológicos como sociais, possuem uma relação direta com o crescimento tecnológico e econômico. Logo, para que haja o florescimento de uma nova ecologia, que conte inclusive com a contribuição de uma antropologia “correta”, é indispensável a exigência por um novo ser humano, que possibilite uma relação digna entre homem e ambiente. Assim, se exige também uma nova concepção do trabalho, capaz de expressar corretamente a finalidade da ação humana no mundo atual (*LAUDATO SI'*, 2015, p. 37-39).

Percebe-se que há uma estreita relação entre natureza e sociedade. Para o Papa Francisco, o homem não deve considerar a natureza algo distante, já que faz parte dela e a completa. Por esse motivo, chega à conclusão que a crise enfrentada na contemporaneidade possui um caráter ambíguo: é socioambiental (*LAUDATO SI'*, 2015, p. 44).

Por sua dualidade, as medidas ecológicas precisam ser integrais e têm de guardar as histórias, culturas e identidades, pois a perda de determinada cultura é tão danosa quanto a perda de uma espécie. Na prática, deve-se garantir os direitos dos povos e suas culturas, através de um desenvolvimento que conte com a participação legítima de atores sociais locais, atentos às carências específicas de determinado grupo:

A ecologia integral é inseparável da noção de bem comum, princípio este que desempenha um papel central e unificador na ética social... O bem comum pressupõe o respeito pela pessoa humana enquanto tal, com direitos fundamentais e inalienáveis orientados para o seu desenvolvimento integral (*LAUDATO SI'*, 2015, p. 49).

Como as expectativas internacionais relacionadas à preservação ambiental não foram atendidas nas últimas décadas, mesmo com a realização de acordos que procuravam implementar medidas eficazes, bem como o aumento dos debates públicos sobre questões ambientais, é fundamental que a busca por respostas tenha um caráter global e respeite os interesses de todos (*LAUDATO SI'*, 2015, p. 51-52).

Se tratando dos Estados e suas relações, por exemplo, espera-se que desenvolvam formas de proteção à soberania de cada um, além de programas e metas que evitem e combatam catástrofes naturais. Com relação às nações mais pobres, o ideal seria propor

medidas que erradicassem a pobreza e por consequência, provocassem o desenvolvimento social de seus habitantes (*LAUDATO SI'*, 2015, p. 54).

Ademais, Papa Francisco reforça a importância da sociedade civil na implementação destes tipos de medidas por meio de associações e organizações não governamentais, capazes de pressionar os governos com o intuito de aprimorar procedimentos mais rigorosos relacionados à preservação. Em sua interpretação, se os cidadãos não têm influência sobre o poder público, pouco podem fazer para combater a degradação ambiental. Aponta também quais são os interesses da instituição católica, que com sua contribuição, busca desenvolver ações que sejam benéficas ao meio ambiente:

Repito uma vez mais que a Igreja não pretende definir as questões científicas nem substituir-se à política, mas convido a um debate honesto e transparente, para que as necessidades particulares ou as ideologias não lesem o bem comum (*LAUDATO SI'*, 2015, p. 58).

Faz assim um apelo às demais religiões, afirmando que se a maior parte da população do planeta se diz crente, deveria haver um acordo entre elas em prol do cuidado à natureza e em defesa aos mais pobres. Ou seja, a degradação ainda pode ser superada, só precisamos ser capazes de superar o individualismo através da criação de um novo estilo de vida (*LAUDATO SI'*, 2015, p. 64).

Por fim, disserta a respeito dos benefícios de uma educação e espiritualidade ecológica, que ao contrário de uma cidadania ecológica, por se preocupar principalmente em informar, perpetuariam hábitos no combate a maus comportamentos. Este tipo de educação e espiritualidade contaria com a contribuição de diversos agentes: escola, família, meios de comunicação e catequese, provocando o amadurecimento pessoal dos indivíduos ao provocar efeitos durante seu processo de crescimento (*LAUDATO SI'*, 2015, p. 65-66).

Além disso, faz uma breve menção a Amazônia, a quem chama de os grandes pulmões do mundo, tema que seria abordado com mais consistência nos próximos anos do seu pontificado.

4.2 A Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Querida Amazonia*

Querida Amazonía é um dos principais documentos produzidos pelo Papa Francisco, fruto do Sínodo da Amazônia, realizado em Roma em outubro de 2019. Como o nome indica, o documento reforça alguns dos tópicos discutidos durante a realização do evento, que tinha como tema a Amazônia e a busca da Igreja por uma ecologia integral, já introduzidos na *Laudato si`*. A exortação reflete sobre a realidade amazônica e sua relação com os desafios futuros (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 01-02).

O Papa Francisco inicia seu documento com o tópico Sonhos para a Amazônia, apresentando algumas das características da imensa floresta que corta 9 países, entre eles Brasil, Venezuela, Peru e Colômbia. Por ser um documento voltado a população mundial devido a importância da floresta, chama todas as pessoas de “boa vontade” a reconhecerem a Amazônia como um “mistério sagrado”, no qual a Igreja, ao discutir algumas problemáticas, tenta inspirar as demais pessoas a se envolverem com os problemas que assolam esta terra (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 05).

É nesse sentido que apresenta os quatro sonhos que a Amazônia o inspira:

Sonho com uma Amazônia que lute pelos direitos dos mais pobres, dos povos nativos, dos últimos, de modo que a sua voz seja ouvida e sua dignidade promovida. Sonho com uma Amazônia que preserve a riqueza cultural que a caracteriza e na qual brilha de maneira tão variada a beleza humana. Sonho com uma Amazônia que guarde zelosamente a sedutora beleza natural que a adorna, a vida transbordante que enche os seus rios e as suas florestas. Sonho com comunidades cristãs capazes de se dedicar e encarnar de tal modo na Amazônia, que deem à Igreja rostos novos com traços amazônicos (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 07).

O primeiro sonho é social, no qual ocorreria a integração de todos os povos que vivem na Amazônia, possibilitando o “bem viver” através da defesa dos mais pobres. Como explica o Papa Francisco, mesmo que o foco em questão seja discutir a respeito dos desastres naturais, uma abordagem ecológica verdadeira sempre se transforma em uma abordagem social, pois deve-se ouvir tanto o clamor da terra, como o clamor feito pelos pobres (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 08).

Cita como exemplo os problemas enfrentados pelos povos indígenas e população ribeirinha, que há tempos sofrem com a atividade de mineradores e madeireiros, bem como a construção de hidrovias e hidrelétricas, que roubam suas terras e seus frutos, fazendo aumentar o círculo migratório para as regiões urbanas (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 10-11).

Condena os diversos tipos de empreendimentos econômicos que afetam a região, sejam eles de cunho nacional ou internacional, que muito além de simples atividades comerciais, são crimes de injustiça por condenar e interferir no direito dos povos acima mencionados. Alerta ainda que a globalização não pode se tornar um novo tipo de colonialismo, caracterizado por escravizar os mais vulneráveis (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 14).

Segundo os bispos que atuam na Amazônia brasileira, a história do bioma sempre evidenciou a vulnerabilidade dos mais pobres perante os mais ricos, que lucram às custas do suor dos oprimidos e dos recursos naturais da floresta. A colonização não para, e só será superada se os homens forem capazes de construir redes solidárias de desenvolvimento, com um tipo de globalização que não pratique a marginalização (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 16-17).

Em sua análise, os missionários atuaram diretamente no combate às mentalidades colonialistas, pois deixaram suas terras para levar o verdadeiro evangelho junto aos oprimidos. Deste modo, mesmo reconhecendo que os missionários e sacerdotes nem sempre estiveram do lado dos desprotegidos, exalta o trabalho daqueles que atuaram em defesa dos povos indígenas, afirmando que é papel da Igreja ouvir os pedidos de ajuda dos povos amazônicos, cumprindo assim a profecia divina (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 18-19).

Chega à conclusão de que a luta social pela integração ecológica precisa ter como pilar o próprio evangelho, que faz brotar no homem o espírito de caridade, justiça, fraternidade e solidariedade. Elogiando o estilo de vida dos povos nativos presente nas declarações dos bispos do Equador, expressa novamente a exigência por um novo modelo social que além de fraterno, respeite as diversidades culturais ao condenar os tipos de domínio (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 22).

No entanto, se tratando da Amazônia, a instauração de medidas para reparar danos enfrentam um desafio à parte, já que os civis não confiam nos aparatos do Estado e suas instituições, enfraquecendo as políticas de organizações sociais e seus representantes. Por serem as principais vítimas, os povos amazônicos estão atentos às formas de corrupção, que em momentos contaram com a contribuição da própria Igreja, sendo fundamental refletir sobre os investimentos propostos nessas regiões, que podem ou não contar com contribuições eclesiais (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 24-25).

A Amazônia, portanto, deve ser um espaço de debates, que precisam ter como protagonista os pobres e oprimidos para enfim exorcizar as formas de marginalização:

Trata-se de reconhecer o outro e apreciá-lo “como outro”, com a sua sensibilidade, as suas opções mais íntimas, o seu modo de viver e trabalhar. Caso contrário, o resultado será, como sempre, um projeto de poucos para poucos, quando não um consenso de escritório ou uma paz efêmera para uma minoria feliz. Se tal acontecer, é necessária uma voz profética e, como cristãos, somos chamados a fazê-la ouvir (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 27).

O segundo sonho é cultural e busca desenvolver a Amazônia a partir de si mesma, ou seja, dos seus elementos culturais: “cultivar sem desenraizar, fazer crescer sem enfraquecer a identidade, promover sem invadir”. Papa Francisco lembra novamente dos danos que a perda de determinada cultura pode representar, principalmente quando seus portadores não conseguem transmitir suas mensagens (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 28).

Ao pensar sobre a diversidade dos povos, disserta sobre os impactos das atividades modernas na transmissão de suas culturas, que criam um constante estado de ameaça e provocam um alto índice de desertificação. Como resultado, ocorre a perda de suas raízes e a interrupção do processo de transmissão cultural, que impacta diretamente na sobrevivência de suas identidades que estão vivas a gerações (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 30).

Para o papa, a globalização contribuiu para estas perdas, já que provocou a homogeneização das culturas. Assim, as diversidades entre povos, caracterizada aqui como tesouros, foram perdidas, sendo necessário voltar às raízes para adquirir novamente seus sentidos e significados. Por isso conclui que amar e cultivar as raízes significa combater o empobrecimento humano, já que:

É preciso amar as raízes e cuidar delas, porque são um ponto de enraizamento que nos permite crescer e responder aos novos desafios. Convido os jovens da Amazônia, especialmente os indígenas, a assumir as raízes, pois das raízes provém a força que [os] fará crescer, florescer e frutificar. Para quantos deles são batizados, incluem-se nestas raízes a história do povo de Israel e da Igreja até ao dia de hoje. Conhecê-las é uma fonte de alegria e sobretudo de esperança que inspira ações válidas e corajosas (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 33).

É a partir de nossas raízes que construímos os diálogos, capazes de transformar a diferença num obstáculo ou numa ponte, em que identidade e diálogo não são antônimos. Por esse motivo, logo após citar a prática do batismo, diz não concordar com nenhum tipo de indigenismo fechado, não aberto as formas de “mestiçagem”, já que quando determinada

cultura isola sua prática e propõe formas de vida “antiquadas”, se torna estéril por não almejar mudanças (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 37).

Ironicamente, diz em seguida que um projeto para a Amazônia deve respeitar o direito e autonomia dos povos ali presentes, uma vez que o desenvolvimento de determinado grupo conta com a participação de agentes locais que entendem seus símbolos e hábitos.

O terceiro sonho é ecológico, no qual Papa Francisco afirma que o cuidado com as pessoas e ecossistemas são inseparáveis: combater as formas de escravidão é também combater a degradação ambiental. Por meio desta análise, a floresta deixa de ser um recurso inanimado a ser explorado e se transforma num ser capaz de se relacionar com os homens. É por isso que elogia a relação entre povos indígenas e natureza, que possuem a habilidade de cuidar da floresta ao mesmo tempo que fazem o uso de seus bens naturais (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 42).

Como o equilíbrio da terra depende da Amazônia, já que ela garante a estabilidade do clima e dos ecossistemas ao “filtrar” o dióxido de carbono responsável pelo aumento das temperaturas, diz ser preciso haver uma conservação em todas as áreas, pois “o ambiente como “recurso” corre o perigo de ameaçar o ambiente como casa”. De maneira simples, é preciso que o homem ouça os clamores feitos pela Amazônia (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 42).

Garantir a preservação das espécies mais vulneráveis não é suficiente. A preservação dos ecossistemas conta com a contribuição de outros organismos, como vermes, pequenos insetos, fungos e répteis. O equilíbrio da floresta passa pelas diversas espécies e fontes fluviais, que além de preservarem a estabilidade, garantem também o sustento humano (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 49).

Daí a importância da sabedoria ancestral aqui mencionada, que promove um tipo de cuidado que pratica a sustentabilidade e a preservação dos estilos de vida dos habitantes deste ecossistema. Assim, se tratando das populações indígenas e a realização de projetos locais que afetam seus interesses, é indispensável que recebam as informações com antecedência, para que ao discutirem sobre seus prós e contras, possam dar seu consentimento através de conhecimentos prévios (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 51).

Sobre isso, afirma que a população urbana tem muito que aprender com a nativa, que verdadeiramente contempla e compreendem a Amazônia. É preciso amá-la, pois o amor desperta no homem o interesse profundo pelos seus problemas, fazendo-o sentir o elo íntimo entre eles. Propõe então que a busca pela ecologia integral tem de superar as decisões técnicas, políticas e até mesmo sociais, tendo como suporte uma educação ecológica que desenvolva novos estilos de vida entre os seres humanos. Tendo em vista os problemas relacionados à cultura do descarte, ressalta que só haverá uma ecologia saudável e transformadora através da transformação do próprio homem dotado com o amor fraterno (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 58).

O último sonho é eclesial, em que Papa Francisco fala a respeito do trabalho missionário na América Latina. De fato, as soluções dos problemas amazônicos perpassam pelos recursos técnicos, pelas organizações sociais e pelo debate. Mas, contam também com a fé que vem do evangelho, que expressa tanto a mensagem de Jesus Cristo, quanto a proposta de uma nova vida: “Ai de mim, se eu não evangelizar! (1 Cor 9, 16)” (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 62).

Afirma que acima de qualquer coisa, a doutrina da Igreja precisa emitir o "anúncio salvífico", o grito missionário que dá sentido à vida: todos têm direito ao anúncio do evangelho, principalmente ao do querigma, em que Deus ama incondicionalmente cada ser humano, pois deu aos homens seu único filho, crucificado e ressuscitado (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 63).

O resultado deste anúncio é o encontro com Deus, com a caridade e com a fraternidade, capazes de fazerem os homens se identificarem como discípulos. Como explica Papa Francisco, querigma e amor fraterno são os grandes pilares do evangelho e precisam estar presentes na atividade missionária executada na Amazônia:

Este anúncio deve ressoar constantemente na Amazônia, expresso em muitas modalidades distintas. Sem este anúncio apaixonado, cada estrutura eclesial transformar-se-á em mais uma ONG e, assim, não responderemos ao pedido de Jesus Cristo: de pelo mundo inteiro, proclamai o Evangelho a toda a criatura (Mc 16, 15)” (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 64-65).

Deste modo, para que o anúncio seja executado, é indispensável que a Igreja cresça na Amazônia. Crescimento este que deve ocorrer mediante o processo de “inculturação”, no qual

a instituição preserva o que é considerado “bom” nas culturas dos povos amazônicos por meio da evangelização (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 66).

Logo, apesar de momentos antes condenar as ações colonialistas, defende em seguida uma prática que transforma as culturas em fé. Em suas próprias palavras, a inculturação tem como base a convicção de que é a graça que concebe a cultura, em que o dom de Deus encarna na cultura de quem o recebe provocando uma reação dupla:

por um lado, uma dinâmica de fecundação que permite expressar o Evangelho num lugar concreto, pois quando uma comunidade acolhe o anúncio da salvação, o Espírito Santo fecunda a sua cultura com a força transformadora do Evangelho; por outro, a própria Igreja vive um caminho de recessão, que a enriquece com aquilo que o Espírito já tinha misteriosamente semeado naquela cultura (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 68).

Alega que o intuito da inculturação é prover a sabedoria necessária para se reeducar sobre os perigos atuais, no qual a Igreja se transforma num veículo de recuperação cultural através do anúncio do Evangelho. Nesse sentido, por brotar do amor, a inculturação dá não só plenitude, mas também converte a relação do cosmos com Deus em uma relação pessoal (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 72-73).

Deve, portanto, ter um timbre social e se caracterizar pela defesa dos direitos humanos dos povos da Amazônia, vítimas do abandono. Precisa assim integrar a dimensão social com a espiritual, para que o homem não possa procurar respostas para seus anseios fora do círculo da Igreja, já que “deste modo resplandecerá a verdadeira beleza do Evangelho, que é plenamente humanizadora, dá plena dignidade às pessoas e aos povos, cumula o coração e a vida inteira” (*QUERIDA AMAZONÍA*, 2020, n. 75-76).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de toda produção deste trabalho, que propunha explorar como se deu a apropriação do tema meio ambiente pela Igreja Católica por meio do processo de conversão ecológica, chega-se à conclusão de que a Instituição transforma o tema ecologia em um problema moral ao evidenciar as transformações sofridas por seu discurso com as mudanças de pontificado.

Sob o comando de Paulo VI na década de 1970, a perspectiva católica se mostra restrita, preocupando-se principalmente em transformar a luta ambiental em uma luta moral ao opor-se às medidas de contenção demográfica, ressaltar a necessidade de mudança de atitude e criticar as propostas de controle de natalidade como resposta à crise ambiental. Seu discurso torna-se mais abrangente a partir do pontificado de João Paulo II, que reconhece os avanços científicos adquiridos ao abrir o leque de oportunidades, participando direta ou indiretamente de duas das principais conferências internacionais que tiveram como tema a ecologia.

A “modernização” do seu discurso chega com o Papa Francisco, ao desenvolver uma perspectiva ambiental em constante debate com os avanços desenvolvidos pela ciência. Mesmo criticando as medidas técnicas, sendo essa uma das características base da ecologia integral proposta pela Instituição, reconhece que este tipo de ecologia só será alcançada com um debate honesto com os cientistas. Seus documentos procuram lembrar que a crise ecológica que enfrentamos é socioambiental, rememorando a necessidade urgente de um novo estilo de vida, de produção e de consumo, capazes de despertar nos homens um comportamento fraterno.

Sua narrativa, sustentada no Evangelho, evidencia que os males ambientais foram causados pelos homens por se distanciar de Deus, desviando-se do objetivo para o qual foram criados. O resultado deste infortúnio foi o desenvolvimento de um tipo de trabalho leviano, que ao usar os recursos naturais dados pelo criador de maneira negligente, fortalece no homem o sentimento de posse.

Ao falar sobre as questões ecológicas, a Instituição defende que seu objetivo é lembrar aos homens como sua desobediência pode causar a destruição, partindo do princípio de que o

domínio absoluto e o acúmulo de riqueza são os responsáveis por fazerem a humanidade perder seu sentido com a terra. Devido a esse desvio, deixou de executar a administração responsável dos elementos naturais previstos na lei divina.

Entretanto, a sociologia da religião nos diz que as preocupações da Instituição e de seus representantes em veicular questões relacionadas à ecologia não remontam puramente a uma revelação divina. Pelo contrário, tal apropriação ecológica possui interesses bastante específicos, como a manutenção e preservação de valores conservadores em concordância com o liberalismo moral (SANTOS, 2017, p. 136).

Por esse motivo, seus documentos reforçam a importância dos aspectos morais e desacreditam as medidas técnicas, já que os problemas ambientais são culpa da humanidade e dos seus desvios de moralidade, nos quais a purificação do meio ambiente depende necessariamente da purificação do meio humano. Como solução, propõe a execução de uma reforma moral de comportamento cristão:

A resposta religiosa proposta pela Igreja Católica para tratar o problema ecológico resulta, assim, semelhante à forma conservadora com que ela lida com outros fenômenos que também considera problemas morais, como o aborto, a eutanásia, a homossexualidade, o uso de células-tronco etc (SANTOS, 2017, p. 137).

Nesta perspectiva, refletir sobre os objetivos políticos presentes no seu discurso torna-se indispensável. De acordo com Santos (2017, p. 95), as tentativas de vincular a proteção ao meio ambiente à ética religiosa, negando que esta seja uma questão puramente técnica, política ou econômica, fazem parte das estratégias postas em prática pela Igreja para fortalecer sua relevância social.

Dados da situação brasileira elaborados pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, confirmam a necessidade de elaboração destes tipos de estratégias:

No campo religioso brasileiro, a Igreja Católica sofreu muitas perdas. Seus membros, ou pelo menos aqueles que se declararam católicos, debandaram rumo às igrejas pentecostais e neopentecostais. Entre o censo do IBGE de 1980 e o de 2010, os adeptos da Igreja Católica reduziram de 89,2% da população para 64,6%. As estimativas para o censo de 2020 são que este número gire em torno de 50% da população (COSTA, 2020, p. 99).

Logo, não é de se espantar que a Instituição recomende a volta dos saberes ancestrais, os únicos capazes de guiar a humanidade pelo caminho correto através de princípios éticos.

Em sua narrativa, o uso da técnica não será suficiente, sendo necessário voltar-se para o Pai Criador, que transformará a relação entre homem e meio ambiente ao corrigir a finalidade da ação humana. (SANTOS, 2017, p. 137).

A narrativa católica, portanto, busca responder às acusações que lhe foram feitas ao explicar o sentido dos seus ensinamentos, vistos como contribuintes para a degradação da natureza. Ao desenvolver um alicerce teológico que estrutura as características do seu discurso ambiental, das quais deve-se destacar a ambiguidade das medidas técnicas, a crítica aos modelos econômicos contemporâneos e a luta por uma ecologia integral em defesa dos menos favorecidos, a Igreja Católica propõe combater os desvios morais ao defender um comportamento cristão carregado de valores conservadores.

6. REFERÊNCIAS

Documentos vaticanos

CONCÍLIO VATICANO II (1965). *Gaudium et Spes* (Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Moderno). 7 de dezembro. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_1965_1207_gaudium-et-spes_po.html.

_____ (1964) *Lumen Gentium* (Constituição Dogmática sobre a Igreja). 21 de novembro. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_1964_1121_lumen-gentium_po.html.

CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ (2006). De Estocolmo a Joanesburgo: uma retrospectiva histórica da preocupação da Santa Sé com o meio ambiente (1972-2002). Edições Loyola, São Paulo, Brasil. Apendice um: Documento da Santa Sé para a IV Sessão do Comitê Preparatório da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentado. Bali, Indonésia, 27 de maio-07 de junho de 2002.

FRANCISCO, Papa (2013). *Exortação apostólica Evangelii Gaudium*. 24 de novembro. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html.

_____ (2015) *Carta encíclica Laudato Si*. 24 de maio. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html.

_____ (2020) *Exortação apostólica pós-sinodal Querida Amazonia*. 12 de fevereiro. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20200202_querida-amazonia.html.

JOÃO PAULO II, Papa (1979). *Carta encíclica Redemptor Hominis*. 4 de março. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_04031979_redemptor-hominis.html.

_____ (1981) *Carta encíclica Laborem Exercens*. 14 de setembro. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091981_laborem-exercens.html.

_____ (1987) *Encíclica Sollicitudo Rei Socialis*. 30 de dezembro. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html.

_____ (1991) *Carta encíclica Centesimus Annus*. 01 de maio. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html.

_____ (1990) *Mensagem para o dia mundial da paz do Papa João Paulo II*. 01 de janeiro.

Disponível em:
https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_1989_1208_xxiii-world-day-for-peace.html.

_____ (1999) *Exortação apostólica pós-sinodal Ecclesia in America*. 22 de janeiro.

Disponível em:
https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_22_011999_ecclesia-in-america.html.

_____ (1999) *Exortação apostólica pós-sinodal Ecclesia in Asia*. 06 de novembro.

Disponível em:
https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_06_111999_ecclesia-in-asia.html.

_____ (2001) *Exortação apostólica pós-sinodal Ecclesia in Oceania*. 22 de novembro.

Disponível em:
https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_20_011122_ecclesia-in-oceania.html.

JOÃO PAULO II, BARTOLOMEU I (2002). *Declaração conjunta do papa João Paulo II e do patriarca ecumênico Bartolomeu I*. 10 de junho. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2002/june/documents/hf_jp-ii_spe_20020610_venice-declaration.html.

PAULO VI, Papa (1967). *Populorum Progressio*. 26 de março. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html.

_____ (1970) *Discurso do Papa Paulo VI à assembleia geral*. 16 de novembro. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1970/documents/hf_p-vi_spe_19701116_xxv-istituzione-fao.html.

_____ (1971) *Carta Apostólica Octogesima Adveniens*. 14 de maio. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniens.html.

_____ (1972) *Mensagem do Papa Paulo VI à Conferência de Estocolmo*. 1 de junho. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/paul-vi/es/messages/pont-messages/documents/hf_p-vi_mess_19720605_conferenza-ambiente.html.

SÍNODO DOS BISPOS (1971) . *A Justiça no Mundo*. 30 de novembro. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_19711130_giustizia_po.html.

Referências bibliográficas

COSTA, Moab César C. **O Sínodo para a Amazônia: um sínodo marcado pela escuta e pela alteridade**. Revista Pistis Praxis, [S.l.], v. 11, n. 3, dez. 2019. ISSN 2175-1838. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/pistispraxis/article/view/25944/23890>. < doi: <http://dx.doi.org/10.7213/2175-1838.11.003.DS06>.

_____. **Religião e Política: REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES**, v. 13, p. 97-111, 2020. <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v13i37.51907>.

_____. **O sínodo para a Amazônia na perspectiva de um pentecostal:** uma análise dos círculos menores na construção do Documento final. *Caminhos de Diálogo*, v. 8, p. 46-57, 2020. <https://doi.org/10.7213/cd.a8.n12.p46-57> .

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>.

Métodos de pesquisa. [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>.

SANTOS, Renan William dos. **A salvação agora é verde:** ambientalismo e sua apropriação religiosa pela Igreja Católica. 2017. 172p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.readcube.com/articles/10.11606%2Fd.8.2017.tde-04102017-124158>.